



Diálogos

ISSN 2177-2940



A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864)

<https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.56792>

Jéssica Gonzaga

<https://orcid.org/0000-0002-5355-7801>

Fundação Getúlio Vargas, Brasil. E-mail: jehchasez@gmail.com

A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864)

Resumo: A disputa territorial e a livre navegação e as disputas por poder na região da bacia do Prata resultaram em conflitos políticos entre o Império do Brasil e o Paraguai, resultando na Guerra do Paraguai (1864-1870). Entre 1852 e 1858, o Estado brasileiro considerou recorrer à guerra contra o governo paraguaio para alcançar seus interesses políticos. Diante desse contexto, o Estado mobilizou o Ministério da Marinha com o objetivo de preparar a Armada Imperial para um possível conflito armado, promovendo a defesa, ocupação e integração da província do Mato Grosso através do Trem Naval do Mato Grosso, Estação Naval do Mato Grosso, modernização tecnológica da Esquadra e o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar.

Palavras-chave: Armada Imperial; Fronteira; Guerra do Paraguai.

The strategy of defending the border of Mato Grosso against the Republic of Paraguay by the Imperial Navy (1852-1864)

Abstract: The disputes for Power, territory and free sailing rights resulted in political conflicts between the Brazilian Empire and Paraguay, leading to the Paraguay War (1864-1870). Between 1852 and 1858, the Brazilian State considered war against the Paraguayan government to achieve its political purposes. Ahead of this context, the State mobilized the Ministry of the Navy to get the Imperial Fleet ready for a possible armed conflict, promoting the defense, occupation and integration of the Mato Grosso Province through the Naval Train of Mato Grosso, the Naval Station of Mato Grosso, the technological modernization of the fleet and the Naval Establishment and Military Colony of Itapura.

Key words: Imperial Fleet; Borders; Paraguay War.

La estrategia de defensa de la frontera de Mato Grosso contra la República del Paraguay por parte de la Armada Imperial (1852-1864)

Resumen: La disputa territorial y la libre navegación y las luchas de poder en la región resultaron en conflictos políticos entre el Imperio de Brasil y Paraguay, resultando en la Guerra de Paraguay (1864-1870). Entre 1852 y 1858, el Estado brasileño consideró recurrir a la guerra contra el gobierno paraguayo para lograr sus intereses políticos. En este contexto, el Estado movilizó a la Secretaría de Marina con el objetivo de preparar a la Armada Imperial para un posible conflicto armado, promoviendo la defensa, ocupación e integración de la provincia de Mato Grosso a través del Tren Naval de Mato Grosso, Base Naval de Mato Grosso, modernización tecnológica de la Comisaría y del Establecimiento Naval de Itapura y Colônia Militar.

Palabras clave: Imperial Armada; Frontier; Guerra de la Triple Alianza.

Recebido em: 20/11/2020

Aprovado em: 13/12/2020

Introdução

O processo de consolidação do Estado Brasileiro perpassava por suas relações internacionais. A garantia de sua hegemonia na bacia do Prata, a definição jurídica de seus limites e a conquista do livre trânsito de suas belonaves nos rios da Prata, Paraná e Paraguai eram prerrogativas para a manutenção da unidade territorial e fortalecimento da ordem monárquica. Sob a perspectiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Paraguai desempenhava o papel de Estado-tampão¹, ou seja, a preservação da integridade paraguaia e o reconhecimento de sua autonomia eram fundamentais para manutenção do equilíbrio de poder da região uma vez que neutralizava a Confederação Argentina. De acordo com o diplomata brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), em 1845:

a existência do Paraguai como Estado independente da Confederação Argentina depende a conservação do Império do Brasil, (...) capaz de conter as províncias de Mato Grosso, Rio Grande e São Paulo como parte integrante do Império. A conservação do Paraguai como Estado Independente é uma forte barreira contra as tentativas argentinas sobre as três províncias, evitando que a população paraguaia aumente as forças argentinas (RIBEIRO in: ALCAÇA; ALCÁZAR, 2007, p. XI).

A partir de 1852, mediante a queda do General Rosas (1793-1877), na Confederação Argentina², inaugurou-se uma nova conjuntura política na região. A *Pax Armada*³ (1853-1864) marcou a transição das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e paraguaio, abandonando o alinhamento e adotando um caráter hostil, envolvendo, inclusive, ameaça de guerra devido às divergências sobre definição dos limites e na concessão de livre navegação do rio Paraguai.

A proposta do artigo é apresentar a estratégia militar organizada de forma conjunta entre as forças armadas brasileiras, a partir da análise documental da correspondência oficial do Ministério

¹ A finalidade era a separação de Estados rivais pelo espaço neutro, uma unidade territorial independente, habitado por povo autônomo e dotado de soberania reconhecida pela comunidade internacional a fim de evitar embates.

² O projeto político de Juan Manuel Rosas incluía atender aos interesses da burguesia mercantil baseado no monopólio portuário no rio da Prata. Com o controle sobre o porto de Montevideu, que por sua vez seria anexado à Confederação Argentina, de modo a neutralizar a concorrência, garantindo a exclusividade do porto de Buenos Aires. Além de garantir o lucro dos impostos alfandegários, iria promover a nacionalização e o bloqueio do estuário, impedindo a navegação estrangeira. O aumento da extensão da fronteira com a Argentina e o controle platino sobre a bacia do Prata ameaçariam a comunicação e integridade das províncias como Rio Grande do Sul e Mato Grosso e consequentemente a sobrevivência do Império. A denominada Guerra Grande (1850-1852) implicou na queda de Oribe, em 1851 e na queda de Rosas, na batalha de Monte Caseros, em 1852. Ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2006.

³ O cientista político Pedro Aubert defendeu que o período entre 1853 e 1864 foi caracterizado, na história política da bacia do Prata, como *pax armada*. O Estado brasileiro permaneceu com uma estratégia política, aumentando seu contingente militar no Prata Enquanto o Uruguai sofria intervenções a favor dos interesses brasileiros, inclusive com uma Estação Naval comandada por Almirante Tamandaré (1807-1897), iniciou o acirramento das relações diplomáticas com a República do Paraguai (AUBERT, 2015, p. 2268).

da Marinha e Ministério da Guerra com o governo da província do Mato Grosso custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo Público do Mato Grosso. A partir desse trabalho, buscamos contribuir com subsídios à historiografia da Guerra do Paraguai a fim de comprovar como o Estado brasileiro recorreu ao conflito armado como instrumento político para o fortalecimento do seu poder na bacia do Prata.

Iminência de Guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai

As relações políticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, a partir de 1855, foram marcadas pela iminência de guerra decorrente das controvérsias que envolviam a assinatura do Tratado de Navegação e Limites. Enquanto o governo brasileiro pleiteava a demarcação dos limites de acordo com o Tratado de Madri (1750), o Presidente López afirmava que acataria apenas a definição estabelecida pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) e embargava a abertura do rio Paraguai aos navios brasileiros enquanto não fosse solucionada a disputa por território.

O objetivo do governo paraguaio era obter o domínio sobre as duas margens do rio Paraguai, controlando seu curso desde a Bahia Negra à foz no Paraná sob justificativa de preservação da segurança nacional, um meio de coibir contrabando, imigração, deserções ao Brasil e as ideias liberais. Além disso, o aumento da extensão territorial iria ampliar a produção de erva mate, contribuindo para o enriquecimento da economia. Para alcançá-lo, reivindicava o limite no rio Branco, ao norte do Forte Olimpo, exigindo também a neutralização da fronteira entre o rio Branco e o rio Apa e proibindo a construção de fortalezas militares (YEGROS; BREZZO, 2013, pp. 61-62).

Em contrapartida, o Governo Imperial defendia a propunha a demarcação no rio Iguatemi, serra de Maracajú e rio Apa a fim de impedir a expansão paraguaia sobre a região do rio Ivinhema. No que tange à proposta de neutralização, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza defendia a soberania brasileira sobre o rio Apa:

o território hoje contestado entre o Apa e o rio Branco é brasileiro ou neutral? Pode o Brasil povoá-lo, aproveitá-lo, formar estabelecimentos de cultura ou de indústria? É o que o Paraguai não quer. A sua ideia fixa é não ter defronte de si uma população estrangeira (URUGUAI, Visconde de. In: BRASIL, 2005, p. 6).

Além disso, o Paraguai recusava-se a conceder o livre trânsito aos navios brasileiros, exigindo a concessão dos limites de acordo com seus interesses para autorizar o uso da rota. Afinal, a permissão da navegação de navios de guerra para fronteira, sem definições legais, ameaçaria os

interesses paraguaios na região, enquanto favorecia a ocupação brasileira e a militarização da área fronteiriça.

Ao longo da década de 1850, as missões diplomáticas almejavam solucionar tais pendências. Em 1854, recorreram à missão liderada pela Armada Imperial, após a expulsão do representante brasileiro Felipe José Pereira Leal (1834-1884) de Assunção. Em seguida, a Missão Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855)⁴ detinha as instruções eram para não conduzir toda a esquadra, solucionar questões e empregar a esquadra apenas para coagir a passagem do rio. No entanto, por problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo Pedro Ferreira de Oliveira (1801-1860) ao navio *Ipiranga* de menor calado. Na chegada, o Comandante Pedro Ferreira de Oliveira incumbido de assinar um tratado de limites e navegação, buscou concluir a missão.

Entretanto, o Presidente Carlos López argumentava que a livre navegação seria concedida apenas mediante demarcação dos limites de acordo com os seus interesses. Para prosseguir com as negociações, o governo paraguaio enviou o diplomata José Berges (1820-1868) para a Corte. Além de não conseguir cumprir os objetivos, o encalhamento dos navios foi vexatório para o país que buscava demonstrar força, mas acabou revelando falta de planejamento. No Rio de Janeiro, após a desistência em retificar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, o Estado já considerava recorrer à guerra.

Em julho de 1855, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) escrevia um ofício reservado ao Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley (1815-1888) informando sobre “plano que o governo imperial tenciona por direito à navegação do rio Paraguai” (WANDERLEY, João Maurício. In: PINHO, 1937, p. 442)“.

“o governo imperial deve estar preparado para usar daquele direito, fazendo subir alguns navios até as nossas possessões no rio Paraguai, e para defender por água, e por terra, aquela parte das fronteiras do Império” (ibidem, p. 440).

Afirmou, ainda, que o país deveria recorrer à Marinha de Guerra e às forças terrestres: “a execução deste pensamento do governo imperial depende principalmente do Ministério a cargo de V. Ex. [Marinha], e do Ministério da Guerra” (idem).

Enquanto caberia ao Exército prover a defesa por terra nos varadouros próximos ao rio Ivinhema, nas populações de Miranda para o policiamento até à margem direita do rio Apa, a Armada Imperial iria atuar na expedição “composta por vasos apropriados pelo seu tirante d’água,

⁴ Composta por uma força naval constituída pelos vapores *Amazonas*, *Beberibe*, *Viamão*, *Magé*, *Jequitinhonha*, *Ipiranga*, *Maracanã*, *Camacã* e *D. Pedro*; corveta *Imperial Marinheiro*; brigue-barca *Berenice*; patacho *Thereza*; brigue-escuna *Tonelero* e *Eolo*, escuna *Tybagi* e a canhoneira *Campista* e *Activa* (CORREA-MARTINS, 2015, p. 11).

para essa navegação e de força suficiente para vencer a resistência que o governo da República do Paraguai se atreva a opor-lhes em seu pacífico trânsito” (idem, p. 441).

Para defesa da província de Mato Grosso, iria aumentar a esquadra com “três vapores e duas canhoneiras de velas para composição da indicada flotilha, providas do combustível necessário para subir até a povoação de Coimbra ou de Albuquerque onde farão junção com a força fluvial”. E solicitou a preparação imediata e os requisitos necessários à disposição:

em Coimbra, Albuquerque, ou algum outro ponto da mesma fronteira deverá haver combustível de lenha, munições de guerra e navais, e os suprimentos necessários para pagamento e sustento das guarnições dos navios que ali tem de estacionar (idem, p. 442).

Finalizou com as ordens para o presidente da Província: “leve, com efeito, a ocupação de Fecho dos Morros, e sua fortificação, que neste caso terá de ser defendida pela flotilha, e pela força de terra que guarnecer o dito ponto” (idem).

Em seguida, o Ministro Paranhos escreveu ofício reservado ao Ministro da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) informando o pensamento estratégico do governo imperial sobre a guerra contra o Paraguai:

“aquela fronteira deve ser guardada e policiada, de modo a impedir que o governo do Paraguai estenda sua possessão além da margem esquerda do rio Apa (...) pode ser preciso ocupar, fortificar e guarnecer a posição dos Fechos dos Morros” (idem, p. 413).

E ressaltou a importância de uma operação conjunta entre Exército e Marinha:

“(...) não devemos contar somente com o emprego de uma expedição naval. As providências para Mato Grosso são urgentíssimas. Parece provável a necessidade de uma operação por terra, cuja força deve partir do Rio Grande do Sul” (idem, pp. 413-414).

Em 5 de outubro de 1855, o governo do Paraguai estabeleceu a regulamentação da navegação até Assunção justificada como medida para vigilância contra o contrabando. No entanto, seus regulamentos proibitivos buscavam embargar o trânsito brasileiro mediante diversas exigências, entre as quais destacamos: inspeção de guarda do Comando da polícia fluvial de Três Bocas até Vila do Pilar, em seguida, outra guarda acompanharia o navio até o porto de Assunção; exigência de práticos paraguaios; apresentação de documentos na Alfândega; liberação apenas mediante aprovação da Capitania dos Portos, responsável pela emissão da licença do navio, constando lista da tripulação, passaportes, atestado de saúde, comprovante de autorização de descarga e relação de passageiros; descarga na capital Assunção apenas mediante escolta de guardas

nacionais; inspeção da Capitania dos Portos nos navios, inclusive, revistando correspondências e pertences do contingente a bordo, e apresentação de todos os tripulantes à polícia (ALCALÁ; ALCÁZAR, 2007, pp. 289-291). Tais medidas foram encaradas pelo governo imperial como uma ameaça à integridade do Império. A guerra estava cada vez mais iminente.

Em 1856, a chegada do representante paraguaio Jorge Berges não resolveu o impasse. Pelo contrário, a conjuntura era marcada pelo acirramento das tensões. Na fronteira de Mato Grosso, Augusto Leverger recebeu um ofício do governo brasileiro, ainda em janeiro de 1856, ordenando a ocupação dos Fechos dos Morros, mas respondeu em oposição. Os argumentos empregados correspondem às observações realizadas na fronteira, transmitindo ao Rio de Janeiro que os paraguaios apresentavam uma força superior, apta a transpor o rio Apa e invadir o território brasileiro, além de uma flotilha a vapor capaz de assegurar o controle do rio Paraguai, bloqueando as comunicações do baixo Paraguai com Cuiabá, Miranda e Vila Maria e com outras províncias, como Paraná e São Paulo, impedindo o abastecimento de alimentos e o transporte de contingente, materiais e armas. Segundo Leverger, Fecho dos Morros não era estratégico, pois as forças paraguaias teriam condições de atacar por terra e por rio, antes que os brasileiros erguessem uma estrutura capaz de garantir sua resistência.

É evidente que a percepção de ameaça do presidente do Mato Grosso cuja sede do seu governo não era em Cuiabá, mas situada na fronteira do baixo Paraguai, era latente, afinal, a proximidade com a República do Paraguai contribuía para a circulação das notícias, sobretudo, da modernização militar promovida do outro lado do rio. Em ofício de 12 de janeiro de 1854, o presidente da província Augusto Leverger informava a Pedro d'Alcântara Bellegarde, Ministro da Marinha sobre a chegada do vapor norte-americano *Water Witch* com caldeiras e máquinas para vapor construído em Assunção e alertava a necessidade de enviar vapores equipados com materiais e pessoal para serviço militar no Mato Grosso (ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO, 1854, livro 23, p. 74).

A distância e ausência de comunicação rápida com o centro político refletiam a incongruência entre as demandas para fronteira solicitadas pelo governo local e as medidas ordenadas pela Corte que, por sua vez, era obrigada a gerir um território sem presenciar a experiência local. No Parlamento, os deputados de Mato Grosso ressaltavam a militarização paraguaia, informando que, enquanto o Paraguai possuía uma força de 30 mil homens, a província dispunha de um contingente de 1.300 (CERVO, 1991, p. 76). A crítica à ausência de integração da província não foi ignorada pelo Comandante Leverger, pelo contrário, foi atribuída a negativa de ocupação do Fecho dos Morros:

uma triste e repetida experiência não permite confiar na vinda das remessas de gente e material de guerra que fossem expedidos da Corte sendo que quase sempre chegam fora do tempo e em mau estado. Qualquer revés que soframos, tornar-se-á dificilmente reparável e ainda quando não nos cause maior prejuízo material, o seu efeito moral será, ao meu ver, de grande alcance em desvantagem de honra e da integridade do Império (LEVERGER *apud* CORREIA FILHO, 1979, p. 56).

A despeito da assinatura de um novo tratado, em 6 de abril de 1856, entre Ministro Plenipotenciário José Berges e o Chanceler José Maria da Silva Paranhos, a negociação dos limites foram suspensas por 6 anos, respeitando o princípio de *uti possidetis* e a livre navegação foi autorizada apenas para os navios com menos de 600 toneladas e sem artilharia, cabendo aos demais sujeição às inspeções e ressaltando que cabia a cada país o direito de adotar as medidas para coibir o contrabando e prover a segurança (ALCALÁ; ALCÁZAR, 2007, p. 299). O documento era um artifício legal, adquirido pelos paraguaios para permanecerem com os regulamentos proibitivos contra o trânsito brasileiro.

Em mais uma tentativa, o governo imperial enviou o Ministro Plenipotenciário na Confederação Argentina a Assunção com instruções para negociar as reclamações contra alguns pontos do regulamento proibitivo, considerado ofensivo ao país: as diversas escalas ocorridas devido às inspeções nas fortalezas militares; obrigação de contrato com práticos paraguaios para navegarem no rio; as limitações ao quantitativo de carga e a cobrança de impostos para transportá-las e a reivindicação do Paraguai sobre o rio entre Apa e forte Olimpo para exercer os regulamentos (AUBERT, 2015, pp. 2271-2272). O Presidente López permanecia em objeção.

O diplomata José Maria do Amaral (1812-1880) escreveu ao seu irmão Ângelo Tomás do Amaral (1822-1901), em 25 de outubro de 1857:

“a noite estiveram aqui o chefe [Jesuíno Lamego Costa] e o Paranhos. O chefe disse-me que o visconde do Uruguai vota pela guerra com o Paraguai e desaprova a missão especial que vai a Assunção” (AMARAL *in* Cadernos do CHDD, 2007, p. 98).

No Conselho de Estado, o Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza declarava: “no caso presente, tem toda a aplicação o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra” (DORATIOTO, 2002, p. 33). A guerra era política do Estado. A força seria o meio de garantir a paz; – esta última significando metaforicamente a livre navegação e a definição dos limites, os interesses vitais para o fortalecimento da instituição monárquica e a integração do território. A queda do General Rosas, a pacificação do Uruguai e a manutenção da influência brasileira no Prata não eram suficientes para garantir seu poder regional. A República do Paraguai ameaçava a unidade do Império.

A preparação militar do país obedecia nada mais do que ao princípio *si vis pacem para bellum*, uma medida prudente a fim de dissuadir o Paraguai, conforme explica o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Maranguape (1795-1864): “sem desejar esse conflito, sem tê-lo provocado, o governo imperial excederia os limites da prudência e da moderação se não se preparasse para ele” (AUBERT, 2015, p. 2272).

Plano estratégico para defesa da província de Mato Grosso e guerra contra a República do Paraguai pelo Ministério da Marinha (1854-1858)

Ao longo de sua história, a Armada Imperial foi um instrumento do Estado para obter o fortalecimento do seu próprio poder. Além de responsável pela manutenção da ordem interna e defesa do território por meio do policiamento da costa e das fronteiras fluviais, foi protagonista no combate ao tráfico ilícito de escravos e na política da bacia do Prata. Ao mesmo tempo em que buscava atender às demandas políticas-estratégicas, a instituição militar experimentava seu processo específico de modernização tecnológica e reformas administrativas a fim de desenvolver sua força naval capaz de atender ao seu propósito inicial. Cabe ressaltar que o Ministério da Marinha possuía diversas demandas que exigiam navios adequados, pessoal qualificado, financiamento e vontade política. Contudo, as limitações econômicas do Estado comprometiam o próprio orçamento da instituição, implicando em sua atuação baseada no que era prioridade para o governo⁵. Podemos adiantar que a descontinuidade nos investimentos sobre os projetos estratégicos da Armada comprometia a própria eficácia operacional da força e na concretização dos planos estratégicos da segurança do território brasileiro.

No tocante ao papel da Marinha de Guerra para a defesa da província do Mato Grosso, nosso ponto de partida é o *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos* (1854). Destaca-se o documento, pois contrapôs os demais visto que não se limitou a prestar contas da sua gestão, apresentando um pensamento estratégico naval para defesa do território. O Ministro Paranhos dispoñdo do relatório como um meio de comunicação com os poderes legislativo e executivo do país, expôs a importância da modernização tecnológica e a formação de uma Esquadra oceânica e fluvial, capaz de atender às realidades geográficas

⁵ Cabe explicar que em cada relatório anual do Ministério da Marinha apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados constava uma proposta de fixação de força e orçamento para o biênio seguinte. O Ministro da Marinha era convocado para arguição na Câmara onde discutiam os projetos da Armada. Contudo, como o poder legislativo estava autorizado em modificar o orçamento por meio de vetos e emendas, nem sempre o Ministro da Marinha conseguia o apoio político e econômico para dar continuidade aos projetos. Após aprovação, a força e o orçamento eram fixados sob aparato legal na Coleção de Leis do Império.

brasileiras. Em seu discurso, estabeleceu cinco funções estratégicas da Marinha de Guerra para defesa do território e dos interesses políticos brasileiros:

- 1º Manter cruzeiros efetivos e permanentes sobre toda a extensa costa do Brasil, divididos pelas quatro Estações Navais, tendo por fim principal a repressão do tráfico de Africanos, além de outros importantes serviços.
- 2º Conservar nas águas do rio da Prata uma Divisão capaz de proteger os interesses do Império e de seus súditos.
- 3º Conservar igualmente nas águas interiores da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e rios Cuiabá, Paraguai e Amazonas, flotilhas compostas de embarcações apropriadas à navegação fluvial das ditas províncias para policiar e guardar as respectivas fronteiras.
- 4º Empregar um ou mais dos nossos melhores navios de guerra em viagem de longo curso, não só para instrução e exercício de nossos oficiais e marinheiros, como para fazer conhecido das nações estrangeiras o pavilhão imperial (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1855, p. 14).

É uma fonte histórica que revela o papel da Marinha de Guerra para defesa da fronteira terrestre, pensamento que permaneceu ao longo dos ministérios seguintes. Incluindo, uma percepção de ameaça do Ministro que corroborava para o aumento da força naval na fronteira:

a flotilha de Mato Grosso compõe-se de canhoneiras embarcações menores próprias de sua navegação fluvial, que lá tem sido construídas e permanecido. Não é força de mais para as necessidades ordinárias, e para qualquer eventualidade que possa ocorrer nessa remota extremidade do Império. Pelo contrário, é preciso melhorar e reforçar o material dessa flotilha, adicionando-lhe um ou dois pequenos vapores (idem).

Retornamos agora à missão diplomática do Comandante da Marinha Imperial, Pedro Ferreira de Oliveira ao Paraguai com o propósito de assinar o tratado de limites e navegação em 1854. Constituída por vapores, corvetas, canhoneiras, brigues, patachos e escunas, o objetivo era persuadir o governo paraguaio mediante demonstração de força. Contudo, o resultado não foi o esperado. Devido a problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo o Comandante Ferreira de Oliveira para o navio *Ipiranga* de menor calado. Além de não conseguir cumprir o objetivo político da missão, o encalhe foi vexatório para a Marinha de Guerra e para o Estado brasileiro que buscava demonstrar sua força naval, revelando apenas a falta de planejamento. Esse fato influenciou diretamente na gestão de João Maurício Wanderley, Barão de Cotejipe (1815-1889) ao assumir o Ministério da Marinha, em 1855.

Sua administração destacou-se pela solicitação de crédito extraordinário, junto ao Governo Imperial, para compra de dois vapores, na Europa, para atuar, exclusivamente, no serviço de navegação fluvial. Atendendo às especificidades da navegação do rio Paraná e rio Paraguai, foram comprados o vapor *Japurá* e a fragata *Paraguassú* (PINHO, 1937, p. 447).

Em 1856, José Maria da Silva Paranhos retornou à pasta da Marinha, prosseguindo com o planejamento para o emprego da força naval no Mato Grosso, a partir do envio dos vapores comprados pelo barão de Cotegipe e a execução de um plano para estabelecer uma linha de navegação a vapor regular para o correio e transporte de material e pessoal, integrando a fronteira ocidental ao Rio de Janeiro.

Ademais, destaca-se ainda durante a sua gestão a missão do vapor *Maracanã*. Sob comando do 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garção, o objetivo era exploração do rio da Prata até Albuquerque, porto brasileiro no Alto Paraguai a fim de reunir as informações técnicas necessárias à navegação. Não obstante, essa missão detinha outras funções estratégicas, entre as quais destacamos a espionagem das forças paraguaias: “revela conhecer as povoações e baterias paraguaias de uma e outra margem. Estas observações, porém, devem ser feitas sem incutir suspeitas, e só tanto quanto assim possam ser feitas” (ARQUIVO NACIONAL, Série Marinha, III M746, doc. 1).

Durante a missão, ressaltam os múltiplos papéis desempenhados pela Marinha de Guerra: estratégico no tocante a preparação para o conflito, mas também, político devido à representação do Estado junto ao governo de Carlos López e científico na missão em agregar conhecimento sobre o território regional. Os mesmos conhecimentos geográficos para navegação de longo curso era pertinente para a guerra fluvial.

Em 1858, a ascensão de José Antônio Saraiva (1823-1895), no cargo de Ministro da Marinha, foi concomitante à iminência de guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Por conseguinte, influenciou diretamente sua gestão uma vez que foi responsável por obter novos recursos financeiros com o propósito de organizar os meios navais para defesa da província do Mato Grosso e para modernização da esquadra a fim de combater no rio Paraguai.

Durante sua gestão, criou novas instituições para Armada Imperial, como a Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros (1857) e a Estação Naval do Mato Grosso (1858) (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1858). Dando continuidade ao plano de Cotegipe e Paranhos, estabeleceu uma comunicação da província fronteira do Mato Grosso com o Rio de Janeiro, mediante criação de uma linha regular de vapores que promoviam o trajeto, conduzindo, material, tropas, armamentos e a correspondência. Além disso, o Ministro Antônio Saraiva pleiteou créditos extraordinários, junto ao poder legislativo, para a compra de canhoneiras, classe de navios, na época, recém-utilizados, na Guerra da Crimeia⁶ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, p. 68).

⁶ A Guerra da Crimeia (1853-1856) foi travada entre o Império Russo contra o Império Otomano aliado ao Reino Unido, França, Reino da Sardenha e Império Austro-Húngaro. O historiador Orlando Figes, autor da obra *The Crimean War: A history* (2010), explicou que cada ator beligerante possuía seu próprio interesse. Os otomanos buscavam

O objetivo era empregar as canhoneiras, conforme a estratégia naval do conflito, contra as baterias paraguaias, sobretudo, as situadas na Fortaleza de Humaitá, assim como foi empregada contra os russos, em Kinburn e Sebastopol, pela *Royal Navy* e pela Marinha de Guerra francesa. Para integração da província do Mato Grosso ao país, utilizando somente de um percurso em território brasileiro, a fim de retirar a região da dependência da rota internacional, inclusive, em caso de guerra, o Ministro da Marinha propôs ao Governo Imperial retomar a navegação fluvial do alto Paraná e os rios interiores do Mato Grosso, a partir da criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (SILVA, 2017, p. 185).

A partir das medidas realizadas por José Maria da Silva Paranhos, João Maurício Wanderley e José Antônio Saraiva, destacamos os principais planos estratégicos para defesa da fronteira, considerando a ofensiva militar contra o Paraguai:

O Trem Naval do Mato Grosso era composto pelo Arsenal de Marinha em Cuiabá, Companhia de Imperiais Marinheiros e, mais tarde, também a Companhia de Aprendizes de Marinheiro e as barcas canhoneiras. Criado em 1827, seu objetivo principal era promover a construção naval e o reparo das embarcações, exercícios militares dos marinheiros que deveriam ser empregados na defesa do território, no monitoramento dos rios interiores, impedindo incursões estrangeiras. A excelência dos serviços foi comprometida devido aos problemas de infraestrutura, como a distância com a Corte e a ausência de vias de comunicação, falta de investimentos financeiros, material e pessoal qualificado. Entre 1827 e 1856, foram construídas, aproximadamente, 8 barcas (IHGB, DL 1128, 68).

A Estação Naval do Mato Grosso foi criada durante a gestão de José Antônio Saraiva a fim de promover a navegação de longo curso para o comércio, transporte de material, pessoal e tropas, além da demonstração de força do Estado brasileiro perante o governo de Assunção. Dessa forma, a função da flotilha do Mato Grosso ficava restrita à proteção dos rios interiores e comunicação da fronteira com Cuiabá, enquanto a Estação sob comando do Capitão de Mar e Guerra Francisco

impedir o desmoronamento do seu Império, defendendo sua soberania contra as pretensões russas para representar a Igreja Ortodoxa Cristã, evitando a ameaça de uma revolução islâmica e nacionalista. O Reino Unido justificou sua ofensiva para defender o Império Otomano contra os russos. É importante salientar que, por trás disso, estavam os interesses estratégicos da potência mundial para manutenção da sua hegemonia: eliminar a concorrência russa na Ásia, usar a guerra para garantir seus interesses comerciais, a partir do controle sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos para chegar à Índia. Na França, o governo de Napoleão III (1808-1873) enxergava a guerra como uma oportunidade para restaurar o reconhecimento e a influência francesa no cenário internacional, redesenhando o mapa europeu, com Estados Liberais. Para o Reino Unido e a França, a Guerra da Crimeia representou também uma disputa ideológica. A liberdade e a civilização europeia versus barbárie e governo despótico da Rússia cuja expansão representava uma ameaça para as potências. A Rússia provocou a guerra devido às intervenções, defendendo os interesses dos cristãos do Império Otomano. O czar Nicolau I (1796-1855) acreditava no “destino manifesto” russo baseado na expansão do império ortodoxo de Constantinopla até Jerusalém. De modo geral, essa guerra ocorreu devido ao nacionalismo, rivalidades imperialistas e interesses religiosos. Ver: FIGES, Orlando. *The Crimean War: A history*. New York: Picador, 2010.

Xavier de Alcântara apresentava a seguinte divisão da força naval: 1) quatro vapores para estabelecer a navegação regular entre Mato Grosso e Montevideú; 2) vapores para o policiamento do rio Paraguai; 3) patacho e canhoneira a vapor para transporte de mantimentos, armamento e combustível para o Trem Naval do Mato Grosso (ARQUIVO NACIONAL, M3.136).

A Guerra da Crimeia (1853-1856)⁷ foi um marco na história naval, devido ao emprego de uma nova estratégia promovida pela *Royal Navy* e pela marinha de guerra da França: o uso das baterias flutuantes contra as fortalezas russas foram fundamentais na resolução do conflito. As esquadras foram compostas por navios de madeira com “fundo chato para operar em águas rasas, protegidos com couraças de ferro forjado montadas sobre placas de madeira” (VIDIGAL, 2000, p. 1934). Durante as batalhas de Kinburn, Ochakov e Sebastopol, os navios a vapor e as fragatas de propulsão mistas protagonizaram a neutralização dos respectivos fortes, mediante bombardeio, enquanto as baterias flutuantes não foram comprometidas pela artilharia russa. No âmbito da estratégia naval, a propulsão a vapor, o uso da couraça para navios de guerra e o aperfeiçoamento dos canhões e projéteis demonstraram uma nova fase da construção naval e necessidade das marinhas em obter sua modernização.

As semelhanças dos fortes russos com as fortalezas paraguaias às margens do rio homônimo, sobretudo, a Fortaleza do Humaitá despertou o interesse do Ministério da Marinha na aquisição dos navios com capacidade bélica para vencê-las. De acordo com o Ministro José Antônio Saraiva:

A necessidade que tínhamos de navios apropriados à navegação do rio da Prata, do Amazonas e de seus afluentes, resolveu o Governo a mandar construir na Europa 10 canhoneiras a vapor, que se acham prontas, e deve estar em viagem para o Império. Ao digno Vice Almirante, Joaquim Marques Lisboa, encarregou o Governo dessa tarefa, que foi desempenhada satisfatoriamente. Era preciso ainda substituir por novos navios os que foram condenados e eram destinados aos nossos cruzeiros: e bem assim adquirir alguns vapores, que fossem empregados na navegação do Alto Paraguai (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1858, p. 3).

Em ofício ao Almirante Tamandaré, em 13 de outubro de 1857, Antônio Saraiva concedeu as seguintes instruções: 1) aquisição das baterias flutuantes empregadas pelos ingleses e franceses no Báltico. Justificou a relevância desses navios para “auxiliarem fortemente um ataque ao Humaitá

⁷ Na história militar, a Guerra da Crimeia, ao mesmo tempo em que encerra um processo de guerras conduzidas a partir de antigos códigos militares como as Guerras Napoleônicas (1803-1815), é caracterizada como uma guerra moderna. A Revolução Industrial (1850-1870) promoveu a modernização da indústria bélica e a construção naval: criação de rifles modernos, navios a vapor, ferrovias, desenvolvendo novas formas logísticas para o transporte de tropas e comunicação como o telégrafo, inovações na medicina militar, e a participação da mídia com novos instrumentos que possibilitaram a fotografia e a divulgação de fotos e matérias diretamente do campo de batalha. Além disso, é considerada como a primeira “*Total War*” devido à mortandade de civis e as crises humanitárias: as perdas humanas foram provocadas pela fome e desgaste da população nas cidades sitiadas; doenças propagadas pelas tropas; comunidades devastadas por campanhas de limpeza étnica no Cáucaso, Balcãs e na Crimeia.

pelo lado do rio (...) e se esses navios fossem bem armados e bem fortes para a necessária destruição pelo rio das baterias de Humaitá” (ARQUIVO DA MARINHA, Livro IX, Doc. 866, p. 2) compra de embarcações com as seguintes características: pequeno calado, de quatro a seis pés, qualidades náuticas suficientes para realização da viagem dos portos europeus à Corte. Além de, no mínimo duas baterias flutuantes (canhoneiras) para servir nos rios e pequenos postos durante o tempo de paz; 3) engajamento de vinte marinheiros, experientes na praticagem das barras da Holanda, para o Rio Grande do Sul; 4) compra de um navio pequeno (desmontado) para ser conduzido por terra para ser adotado na navegação do rio Paraná, acima da cachoeira das Sete Quedas (idem).

Na câmara dos deputados, Saraiva expôs as instruções a Joaquim Marques Lisboa, ao sofrer críticas do deputado da província do Rio de Janeiro por gastos excessivos com a modernização da armada:

Encomendar as canhoneiras com a força capaz de defender nossos interesses para o serviço de que o Império precisava em épocas normais e pacíficas. É assim, Sr.º Presidente, que devendo o governo gastar pelo Ministério da Marinha talvez perto de 2.700:000\$ (...) porque além dessas 10 canhoneiras que mandei vir, (...) estão construídos todos os vapores de navegação encomendados pelo meu antecessor. (...) Se o nobre deputado me tivesse perguntado em que tinha o governo gasto mais 2.600:000\$ do que gastou o meu antecessor, e se soubesse, pois, que eu lhe havia de informar que tinha sido em dar à armada navios apropriados a todos os serviços, porque todos sabem que a nossa esquadra não tem sido preparada para as necessidades que vem ocorrendo, pois que é agora que precisamos de vapores para a navegação do rio de Mato Grosso, até o interior e de outros que se tem aberto à navegação do Império, o nobre deputado não teria a facilidade que teve de formular semelhante acusação de esbanjamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, pp. 94-95).

Em 1858, chegaram, aos portos brasileiros, as canhoneiras francesas mistas e à hélice: *Beberibe*, *Parnaíba* e as canhoneiras inglesas: *Araguaí*, *Araguari*, *Iguatemi*, *Itajaí*, *Ivaí*, *Ibicuí*, *Mearim*, *Tramandataí* e *Tietê* (SILVA, 2017, pp. 160-161).

Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar

A localização do sítio da colônia era estratégico na margem esquerda do rio Tietê, no salto do Itapura, próximo ao rio Paraná onde era navegável desde Urubupungá até a cachoeira das Sete Quedas da Guaíra. Possuía também terras férteis para agricultura, sobretudo, na margem esquerda de Avanhandava. Nas margens do Tietê eram abundantes as madeiras para construção naval de pequenas embarcações – perobas, aroeiras, angicos e sucupiras. O Estabelecimento Naval iria integrar o litoral do Império com o Mato Grosso para o correio e transporte de armamentos,

mantimentos e tropas, em caso de guerra contra o Paraguai. Além disso, atuaria como porto para manutenção da flotilha da Bacia do Paraná promovendo a defesa da região, garantindo a segurança dos viajantes.

Nesse aspecto caracterizava as primeiras instruções para execução desse projeto: “a navegação a vapor no Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante, e a abertura de uma estrada que ponha esta colônia em comunicação com Avanhandava, isto é, com a capital, portanto com a Corte” (IHGB, DL 1202,155). Todo o planejamento urbano e econômico, além do controle das relações sociais entre militares, colonos e escravos estiveram sob responsabilidade do Ministério da Marinha, representado pelo oficial da Armada Antônio Mariano de Azevedo.

Entre 1858 e 1868, o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia militar desempenhou as seguintes funções: 1ª Militar: sede de estaleiro da flotilha composta por vapor, canos e pranchas que promoviam a navegação dos rios interiores; 2ª econômica: desenvolvimento da agricultura mediante concessão de terras devolutas aos militares e famílias de colonos, africanos livres e escravos da nação; 3ª política e social: representação do Estado brasileiro em território “ocupado por índios bravios⁸”. A Marinha de Guerra, em Itapura, exerceu não só um papel militar e estratégico ao cumprir a missão, estabelecendo uma rota de navegação a vapor, após a viagem do *Tamandataí*, mas um papel político, econômico e social, gerenciando a produção da agricultura e mediando as relações sociais dentro da colônia, concedendo liberdade aos escravos e representando a autoridade do Estado brasileiro nos sertões do país. Contudo, cabe ressaltar os problemas que comprometeram sua expansão: isolamento geográfico, epidemias, falta de investimentos, mão de obra e material.

Considerações Finais

A invasão da província do Mato Grosso pelas tropas de Solano López e a ocupação da fronteira, em litígio, foram consequência dos erros cometidos pelo Estado Brasileiro em não prover as estratégias construídas pelo Ministério da Marinha. Embora tenha subsidiado, entre 1854 e 1858, planos estratégicos, considerando sua defesa, ocupação e integração, a defesa de um território não seria garantida apenas com a assinatura de um decreto, principalmente, pois não deveria ser pensada, organizada e executada diante da eventualidade. Sobretudo, quando tratamos de uma estrutura naval para operações militares que não deve ser improvisada. Afinal, requer mão de obra qualificada, estrutura de portos e outros estabelecimentos navais para manutenção das embarcações,

⁸ Expressão encontrada nos mapas da província de São Paulo, fazendo referência às terras do interior próximas ao Mato Grosso.

além de combustível como o carvão, armamentos para navios, oficiais e praças, além de outros materiais.

A ameaça de guerra contra o Paraguai mobilizou o Estado Brasileiro a executar medidas militares e estratégicas tais como: a ampliação do Trem Naval do Mato Grosso, a Estação Naval do Mato Grosso, a compra das baterias flutuantes e a criação do Estabelecimento Naval do Itapura e colônia militar. Esse último projeto inclusive estava inserido dentro do projeto de civilização do território brasileiro tendo em vista que englobava além de uma estratégia de defesa, uma forma de promover a integração por vias fluviais internas, expandindo a navegação a vapor pelo interior, além de incentivar na ocupação e desenvolvimento da agricultura e comércio. Embora fossem projetos de envergadura, não conseguiram contribuir para os esforços de guerra, a partir de 1864. Com a exceção das baterias flutuantes, navios que combateram na batalha naval do Riachuelo, os problemas estruturais do país como dependência de tecnologia estrangeira, ausência de mão de obra qualificada, suspensão de financiamento do governo para prosseguimento com as obras impediram que essas organizações militares, especialmente Itapura, contribuíssem para a logística da guerra. Por resultado, o governo imperial e seus aliados construíram nova estrutura para a guerra na bacia do Prata.

Um Estado que apresenta um território fronteiriço estratégico para manutenção do seu poder, deveria promover uma política de vigilância, com a presença das forças armadas, estimulando a ocupação e o desenvolvimento econômico por sua população. Contudo, quando as políticas para as fronteiras não são coordenadas, estimuladas e eficazes, implicam, diretamente, na fragilidade da segurança do país, ameaçando sua soberania, podendo sofrer ofensivas militares e até a perda do território.

Referências

Fontes Históricas

BRASIL, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, *O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863*. Brasília, FUNAG, 2005.

_____. *Memórias sobre as fronteiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discursos Parlamentares: José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

CERVO, Luis Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora UNB, 1991.

GONZAGA, Jéssica. A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864)

Instruções da missão do vapor Maracanã. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, documento nº 1.

Livro Registo da Secretaria do governo da Província de Mato Grosso (1852-1864). APMT, Livro 23.

Mapa das embarcações pertencentes ao Trem Naval da província de Mato Grosso em 1856. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1128, 68.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1858.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1855.

Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, Doc. 866.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo a Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 30 de janeiro de 1865. IHGB, Coleção Documentos Navais, DL 1202, 155.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4 ed, ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco – 1839 – 1875*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

BUSHNELL, David. *A Independência da América Espanhola*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: volume III: Da Independência Até 1870*. Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite imperial; II Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. Penn State Press, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ ENTRE O IMPERIO DO BRAZIL E A REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA. Carta de Lei de 30 de agosto de 1828. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=236595&norma=257527>. Acesso

GONZAGA, Jéssica. A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864)

em: 15 set. 2017.

CORONATO, Daniel Rei. *Diplomatas & Estancieiros: A construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Editora Convexa, 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALAS DO TRONO. Prefácio de Pedro Calmon. São Paulo Cia. Melhoramentos, 1977.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LYRA, Heitor. *Ensaio Diplomáticos*. São Paulo, Monteiro Lobato LC. 1922.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.

O CONSELHO DE ESTADO E A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009.

POMER, Léon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Ed., 1981.

RELATÓRIOS DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/105#?c=4&m=0&s=0&cv=0>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ROCHA, Justiniano José da, *A política brasileira na Republica Oriental do Uruguay*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de J. J. da Rocha, 1854.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Fundación Biblioteca Ayacucho, 1993.

THIES, Cameron G. *War, rivalry, and state building in Latin America*. American Journal of Political Science, v. 49, n. 3, p. 451-465, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5907.2005.00134.x>. Acesso em: 08 nov.

GONZAGA, Jéssica. A estratégia de defesa da fronteira de Mato Grosso contra a República do Paraguai pela Armada Imperial (1852-1864)

2020.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estado Europeus (990-1992)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

WHIGHAM, Thomas L. *La Guerra de la Triple Alianza. Volumen I. Causas e inicios del mayor conflicto de América del Sur*. Asunción: Taurus Historia, 2010.

WHIGHAM, Thomas L. *The Road to Armageddon: Paraguay versus the Triple Alliance, 1866–70*. Calgary: University of Calgary Press, 2017.

YEGROS, R. S. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.